

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO À 2. EDIÇÃO.....	11
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER	13
INTRODUÇÃO.....	19

PARTE GERAL

1. A FAMÍLIA.....	25
1.1 Por que a família é importante?.....	25
1.2 A proteção constitucional à família.....	27
1.3 Evolução da concepção de família: a família romana e a família moderna	30
1.4 A “crise da família”	35
1.5 Família e entidade familiar.....	38
1.6 A família constituída pelo matrimônio civil.....	40
1.7 A família constituída pela união estável	46
1.8 A formação e a finalidade do patrimônio familiar	49
2. MATRIMÔNIO.....	54
2.1 Natureza jurídica	58
2.2 Princípios	63
2.2.1 Igualdade dos cônjuges.....	66
2.2.2 O princípio da solidariedade: a vida em comunhão.....	69
2.2.3 A monogamia.....	70
2.2.4 O matrimônio como expressão livre e consciente da vontade dos nubentes.....	71
2.3 Características e fins	71
2.4 Efeitos.....	78
2.4.1 Efeitos não patrimoniais	78
2.4.1.1 Efeitos sociais	78

2.4.1.2	Efeitos pessoais	79
2.4.2	Efeitos patrimoniais.....	86
2.5	A influência do direito canônico	89
3.	UNIÃO ESTÁVEL	93
3.1	Características e fins	97
3.2	Efeitos.....	103
3.2.1	Efeitos não patrimoniais	103
3.2.1.1	Efeitos sociais	103
3.2.1.2	Efeitos pessoais	104
3.2.2	Efeitos patrimoniais.....	107
3.3.	A união entre pessoas de mesmo sexo	111
3.3.1.	Aspectos da decisão do C. STF na ADPF 132 e ADIn 4.277/ DF: inércia do poder legislativo, síntese das fundamentações dos votos e dispositivos.....	111
3.3.2	Algumas consequências jurídicas decorrentes da decisão: ...	113
3.3.2.1	Os efeitos pessoais e patrimoniais	115
3.3.2.1	A questão sucessória	117
4.	PATRIMÔNIO	118
4.1	Noções gerais.....	118
4.2	Comunhão e condomínio	123

PARTE ESPECÍFICA

5.	REGIME DE BENS	129
5.1	Autonomia privada	132
5.1.1	O caráter preponderantemente cogente das normas jurídi- cas disciplinadoras das relações familiares e o princípio da autonomia privada.....	132
5.1.1.1	A autonomia privada na determinação dos efeitos patrimoniais do casamento e da união estável.....	135
5.1.2	A igualdade jurídica entre os cônjuges e entre os conviven- tes	140
5.1.3	A definição do regime de bens: livre estipulação ou opção por regime legal?.....	142

5.1.4	Imutabilidade relativa do regime de bens.....	147
5.1.4.1	O § 2.º do art. 1.639 do CC/2002	150
5.2	O pacto antenupcial.....	157
5.2.1	Os elementos essenciais ao pacto antenupcial	160
5.2.2	O registro	161
5.2.3	Conteúdo e limites.....	163
5.3	O contrato na união estável.....	170
5.3.1	A modificabilidade do contrato patrimonial e a retroatividade de seus efeitos	175
5.3.2	A incidência supletiva do regime da comunhão parcial de bens	178
5.4	Os regimes de bens previstos no Código Civil de 2002	180
5.4.1	O regime da comunhão universal de bens.....	181
5.4.2	Regime da separação de bens	191
5.4.2.1	Separação legal.....	193
5.4.2.2	Separação convencional.....	201
5.4.3	Participação final nos aquestos	204
5.4.4	Regime da comunhão parcial de bens	207
5.5	Extinção da eficácia do regime de bens	208
5.5.1	A separação de fato como causa da cessação dos efeitos do regime de bens	210
5.5.2	A cessação dos efeitos da disciplina patrimonial na união estável.....	212
6.	O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS NO CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL...	214
6.1	Da formação do patrimônio comum e particular à luz do regime da comunhão parcial de bens no casamento e na união estável.....	214
6.1.1	O tempo e a norma jurídica como fatores definidores da formação patrimonial	214
6.1.2	As regras incidentes na formação do patrimônio na união estável.....	216
6.2	A titularização do patrimônio	220
6.2.1	Do patrimônio comum	221
6.2.2	Do patrimônio particular	228
6.2.3	A previsão do art. 1.661 do CC/2002	236

7. A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS COMUNS E PARTICULARES NO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS	239
7.1 Atos de administração.....	239
7.2 Atos de disposição ou oneração dos bens.....	244
7.2.1 O art. 1.647, <i>caput</i> , e a restrição à capacidade negocial.....	246
7.2.2 Da alienação de bens móveis e imóveis	251
7.2.3 Da instituição de ônus real sobre o patrimônio comum e particular	254
7.2.4 Os efeitos do regime da comunhão parcial de bens na atuação processual dos cônjuges e conviventes	255
7.2.5 A fiança e o aval.....	259
7.2.6 Doação não remuneratória dos bens comuns ou dos que possam integrar futura meação	263
8. REFLEXOS DA ADOÇÃO DO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS EM SITUAÇÕES JURÍDICAS DIVERSAS	265
8.1 A questão sucessória	265
8.2 O dever de colacionar	269
8.3 Redução por inoficiosidade	272
8.4 Curatela.....	273
8.5 O exercício da atividade empresarial pelos cônjuges ou conviventes	273
9. REFLEXÕES FINAIS.....	275
BIBLIOGRAFIA	282